



***POSSIBILIDADES DE EXISTÊNCIAS TRANS: ANALISANDO
NARRATIVAS DE PESQUISADORAS/ES***

***POSIBILIDADES DE EXISTENCIAS TRANS: ANÁLISIS DE
NARRATIVAS DE INVESTIGADORES***

***POSSIBILITIES OF TRANS EXISTENCES: ANALYZING RESEARCHERS
NARRATIVES***

Yasmin Teixeira Mello¹

Joanalira Corpes Magalhães²

RESUMO

As possibilidades de trajetórias trans, em nossa sociedade, ainda são atreladas a diversos preconceitos, negando as existências dessas pessoas em diversos espaços, a exemplo do campo científico. O objetivo deste texto é estabelecer interlocuções com as narrativas de quatro pesquisadoras/es trans a fim de discutir as possibilidades de vivências dos gêneros e o processo de constituição enquanto pesquisadora/pesquisador da/os quatro entrevistadas/os. Para a produção dos dados, foram realizadas entrevistas on-line com pesquisadoras/es trans brasileiras/os, onde as narrativas foram analisadas enquanto uma modalidade discursiva e organizadas em: Eixo narrativo 1: Possibilidades de vivências dos gêneros; Eixo narrativo 2: Trajetórias e o processo de formação enquanto pesquisadora/pesquisador. Ao tencionarmos as questões presentes nos eixos narrativos, a partir das falas das/os pesquisadoras/es trans, observamos o quanto as existências e vivências trans são atravessadas por momentos e significados, como atos de violências e resistências, que produzem efeitos nas trajetórias profissionais e acadêmicas das/os entrevistadas/os.

PALAVRAS-CHAVE: Trans; Pesquisadoras/es; Trajetórias; Existências.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG/PPGEC). Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, Brasil. Bolsista pela concessão de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós- Graduação Educação em Ciências e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (FURG/PPGEC), Rio Grande, RS, Brasil.

RESUMEN

Las posibilidades de las trayectorias trans en nuestra sociedad siguen ligadas a diversos prejuicios, negando la existencia de estas personas en diversos espacios, como el ámbito científico. El objetivo de este texto es establecer interlocuciones con las narrativas de cuatro investigadores trans para discutir las posibilidades de las experiencias de género y el proceso de constitución como investigadora de las cuatro entrevistadas. Para la producción de datos, se realizaron entrevistas en línea con investigadores trans brasileños, donde se analizaron las narrativas como modalidad discursiva y se organizaron en: Eje narrativo 1: Posibilidades de las experiencias de género; Eje narrativo 2: Trayectorias y proceso de formación como investigador/investigadora. Al discutir los temas presentes en los ejes narrativos, a partir de los discursos de los investigadores trans, observamos cómo las existencias y experiencias trans están atravesadas por momentos y significados, como los actos de violencia y resistencia, que producen efectos en las trayectorias profesionales y académicas de los entrevistados.

PALABRAS-CLAVE: Trans; Investigadores; Trayectorias; Existencias.

ABSTRACT

The possibilities of trans trajectories, in our society, are still linked to different prejudices, denying the existence of these people in different spaces, such as the academic environment. The purpose of this text is to establish interlocutions with the narratives of four trans researchers to discuss the possibilities of experiences of the genders and the constitution process as a researcher of the four interviewees. To produce the data, online interviews were conducted with Brazilian researchers trans, where the narratives were analyzed as a discursive modality and organized in: Narrative axis 1: Possibilities of experiences of the genres; Narrative axis 2: Trajectories and the training process as a researcher. When tensioning the issues present in the narrative axes, from the speeches of the trans researchers, we observe how the trans existences and experiences are crossed by moments and meanings, that produce effects on the professional and academic trajectories of the interviewees.

KEYWORDS: Trans; Researchers; Trajectories; Stocks.

Iniciando as discussões

Em uma mesa de discussões on-line, método que vem ganhando destaque em decorrência da pandemia que tem impactado a vida das pessoas em 2020, intitulada de “Mulheres trans/travestis na/da educação” e realizada com a mediação da pesquisadora Sara Wagner York no dia 26 de setembro de 2020, disponível no canal do *Youtube* do Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (LEGESEX/UFRRJ)³, a pesquisadora Luma Nogueira Andrade salientou que, para produzir transformações na

³ Link para o canal do Youtube do canal do Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (LEGESEX/UFRRJ): https://www.youtube.com/channel/UCfvYcq_ebtLxufevVOdbAA/featured.

sociedade, é preciso elucidar outras possibilidades de trajetórias das pessoas trans⁴, diferentes daquilo que normalmente é apresentado.

Ao problematizarmos essa possibilidade de existência das pessoas trans, no campo científico, enquanto pesquisadoras/es⁵, rompemos com o que normalmente é apresentado nos discursos da sociedade, segundo os quais essas pessoas são, geralmente, associadas à prostituição, e sua presença fora deste espaço não é pensada (OLIVEIRA, 2018). Por conta disso, o campo científico, comumente, não legitima as pessoas trans enquanto produtoras/es de conhecimento científico e reserva o lugar de objeto de estudo a essas pessoas.

Posto isto, segundo Andrade (2012) “o deslocamento feito por travestis e mulheres transexuais em relação à prostituição encontra similitude na produção acadêmica quando estas deixam de ser os objetos de pesquisa e passam a ocupar o lugar de pesquisadoras” (p. 16). Assim, as pessoas trans reivindicam seu espaço, nas universidades, enquanto pesquisadoras/es e produtoras/es de conhecimento científico. Ao reivindicarem esse espaço, as pessoas travestis e trans realizam o importante movimento de visibilizar essas outras possibilidades de existência, para além da prostituição.

Dessa forma, torna-se cada vez mais importante pluralizar esses outros discursos sobre as pessoas travestis e trans, apresentando essas outras possibilidades de existência e de resistência. Com isso, é dada a possibilidade para que elas possam ocupar espaços que lhes foram negados ao longo da história.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo, que se configura como um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no PPG Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, é estabelecer interlocuções com as narrativas de quatro pesquisadoras/es trans a fim de discutir as possibilidades de vivências dos gêneros e suas trajetórias no processo de formação enquanto pesquisadoras/pesquisadores.

Cabe destacar que, para que se assegurasse o respeito à identidade, à integridade e à dignidade das/os colaboradoras/es dessa pesquisa, o projeto de mestrado foi

⁴ Apesar de compreendermos o ato político e identitário de resistência presente nos termos travesti e transexual, optamos por utilizar, neste texto, o termo trans como uma forma de abranger diferentes possibilidades de existências de gêneros.

⁵ Entendemos enquanto pesquisadoras/es as pessoas que estão vinculadas ou ao programa de pós-graduação ou pessoas atuantes dentro do campo científico, seja na produção de artigos, livros, participação em grupos de pesquisa e/ou grupos de discussão e participação em eventos como mesas redondas e palestras.

aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande (CEPAS-FURG)⁶.

Articulações teórico-metodológicas

Imbuídas no campo dos Estudos de Gênero, por meio da vertente pós-estruturalista, compreendemos o gênero como uma categoria historicamente construída. Desse modo, ele se configura como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1998, p. 21).

De acordo com a autora Judith Butler (2003), a construção dos gêneros ocorre a partir das aprendizagens e das práticas que são produzidas por um conjunto de instâncias culturais e sociais, sendo um processo contínuo e inacabado, o que faz do gênero uma ficção reguladora sobre as formas de ser e de estar no mundo.

Esses estudos de gênero, por sua vez, surgiram com a proposta “relativizar a centralidade que alguns estudos sobre tais diferenças, principalmente direcionadas de áreas como a biologia e a medicina, as quais alegam que nossos corpos e nossas identidades são naturalmente dados” (BECK e GUIZZO, 2013, p. 176-177). Isso possibilitou a problematização a respeito de como os gêneros vêm sendo produzidos, reproduzidos e vivenciados no interior das culturas.

Essas produções e reproduções dos gêneros costumam atribuir lugares específicos que os gêneros podem ocupar. Ao olharmos para a história da produção do conhecimento na sociedade, notamos que ela está associada, e foi atribuída, aos homens, em sua maioria, brancos, cisgêneros e heterossexuais (BANDEIRA, 2008), o que gerou a desigualdade entre as diferentes expressões de gênero no campo científico, a qual afeta esse espaço até os dias atuais.

Assim, por ter sido o campo científico um espaço destinado, por muitos anos, aos homens, as demais expressões de gênero, como as que vamos deter nosso olhar neste artigo, ou seja, as expressões trans, comumente, não são reconhecidas, nas universidades, enquanto pesquisadoras e pesquisadores no campo científico.

De acordo com a autora Joan W. Scott (1998):

tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituição em relação mútua. Por isso precisamos

⁶ Número do certificado de apresentação de apreciação ética (CAAE): 19945219.9.0000.5324.

nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência (p. 304).

Logo, quando discutimos sobre a visibilidade das experiências de pessoas travestis e transexuais, em seus papéis de pesquisadora/es, a pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) nos provoca a pensar acerca das discriminações que essas pessoas sofrem, como a não inserção no campo científico, a qual pode ser explicada pela ausência de um contexto histórico. Isso acaba contribuindo para limitar a existência de pessoas travestis e transexuais a determinados espaços, e o campo científico não é um desses espaços normalmente destinado e atribuído a elas.

Como consequência da ausência de um contexto histórico que apresente as pessoas trans nos mais variados espaços, essas pessoas trazem marcas em suas vivências, que são momentos e significados que podem subjetivá-las. Assim,

dependendo do modo de subjetivação em ação, teremos pessoas mais normatizadas ou mais resistentes aos processos de normatização, o que, por conseguinte, nos permite um mapeamento dos níveis de abertura ou de fechamento frente ao contato com as diferenças, com novas possibilidades de existencialização (PERES, 2010, p. 58).

Desta forma, podemos perceber que esses processos de subjetivação atuam na constituição das identidades enquanto pesquisadoras/es das pessoas trans tanto as/os colocando dentro das normas do campo científico, quanto exercendo resistências a esses espaços.

Conforme um texto escrito pela pesquisadora Sara Wagner York (2019), no qual ela relata algumas vivências em um evento científico, para as pessoas transexuais e travestis nem a posição de subalternidade, no campo da ciência, é permitida. Ela complementa essa ideia pontuando que:

Se há uma mudez reproduzida nas reuniões e textos de modo sistemático e simbólico sobre nossas vidas trans, quando não exotizadas, ou erotizadas, estão objetificadas. No 31º aniversário e reunião anual não houve tempo hábil para gestação trans na antropologia (e em outras tantas áreas), fazendo-me pensar sobre a inexistência da representatividade trans naquele campo, nenhuma trans nunca quis estar nessa área de conhecimento? (YORK, 2019, n.p).

Dessa forma, é perceptível o quanto o campo científico carece de uma maior inserção e visibilidade de pesquisadoras travestis e pesquisadoras/es trans para que, de fato, essas outras possibilidades de existências sejam reconhecidas.

A pesquisadora Sara Wagner York, em sua dissertação de mestrado, intitulada de **“Tia, você é home? As funções entre uma docente transgênero e o cis-tema da heterossexualização compulsória na Baixada Litorânea”, defendida em maio de 2020**, trouxe, para o debate, as questões referentes a como as cotas para pessoas travestis e transexuais impactam sobre o acesso e a permanência delas em programas de pós-graduação de instituições públicas. Segundo a pesquisadora:

Este acesso às cotas, permite que alguns sujeitos, que lutaram por toda uma vida, pudessem se fazer lidimares em alguns meios e estes meios fortaleceram a ocupação de alguns espaços. A ocupação acadêmica é real, mas os/as primeiras/os à aqui chegar, ainda convivem com resquício do século XIX (a estrutura construcionista e ainda essencialista na/da sala de aula) e o século XX nacional (insistente em tratar LGBTIs como cidadã/os de segunda categoria) (YORK, 2020, p. 148).

Sara nos faz refletir a respeito dos desafios que as pessoas travestis e trans ainda passam no campo científico quando se colocam na posição de pesquisadoras/es e produtoras/es de conhecimento. Além disso, ela nos faz pensar em como as políticas públicas de cotas, tanto para o acesso como para a permanência, possibilitam que as desigualdades que essas pessoas enfrentam sejam minimizadas.

Para a produção dos dados deste artigo, primeiramente convidamos pesquisadoras/es trans que já desenvolveram parcerias e participações em atividades organizadas pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, do qual fazemos parte. Após esse contato, algumas e alguns aceitaram ao convite. Como passo seguinte, agendamos e realizamos entrevistas narrativas de forma on-line, com o auxílio de um roteiro semiestruturado. Essas foram gravadas para posterior transcrição. Depois de transcritas, as entrevistas foram enviadas as/aos pesquisadoras/es para que elas/es fizessem modificações. Colaboraram com o estudo quatro pesquisadoras/es trans brasileiras/os, a saber⁷: as pesquisadoras Lauri Silva e Marina Reidel, e os pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodríguez.

⁷ As/os quatro pesquisadoras/es entrevistadas/os optaram por utilizarem seus nomes civis, como forma de visibilidade e resistência.

A pesquisadora Lauri Silva é uma mulher trans de 33 anos, a qual possui graduação em História, especialização em Psicopedagogia, mestrado em História e Estudos Culturais. Atualmente, está realizando doutorado também em História. Tem realizado pesquisas acerca das questões das políticas públicas, dos movimentos sociais, dos estudos culturais, na área do ensino de história e sobre as questões que perpassam o gênero e a sexualidade no ambiente escolar.

A pesquisadora Marina Reidel é uma mulher trans de 48 anos, que possui graduação em Licenciatura em Educação Artística, especialização em Psicopedagogia e mestrado em Educação. Ela realiza pesquisas a respeito das questões relacionadas à educação, à sexualidade, ao gênero, à formação de professoras/es e sobre questões relativas a professoras travestis e transexuais.

Já o pesquisador Guilherme Almeida é um homem trans de 47 anos, o qual possui graduação em Serviço Social, mestrado em Saúde Pública e doutorado em Saúde Coletiva. Suas pesquisas são centradas nas relações entre trabalho profissional do assistente social e o campo dos direitos sexuais e do direito à expressão de gênero; nas questões que perpassam as masculinidades trans, em assuntos como o serviço social relacionado à população trans, religiosidade, neoconservadorismo e assuntos que envolvam a transexualidade em geral.

Nosso quarto entrevistado, o pesquisador Shay de Los Santos Rodríguez, é um homem trans de 22 anos, que possui graduação em Arqueologia e está fazendo mestrado em Educação. Tem realizado pesquisas sobre as questões da transexualidade relacionada à questão corporal, às políticas públicas e aos meios de tornar a vivência trans mais visibilizada.

O roteiro da entrevista foi composto por 14 perguntas a respeito dos diversos assuntos relacionados à trajetória de vida e profissional das/os entrevistadas/os e sobre as questões referentes à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade de pessoas trans no campo científico, enquanto pesquisadoras/es.

Para a construção deste artigo, fizemos um recorte das questões, selecionando narrativas referentes às seguintes perguntas como forma de atender o objetivo deste trabalho: Como foi esse processo de produção de gênero, em que etapa de sua vida esse processo teve início e quais marcas e significados poderia destacar com relação a essa questão? Você acredita que a sua expressão de gênero ou, até mesmo, o processo de transição pode ter influenciado a escolha de seu curso e a área do conhecimento? Como foi sua trajetória de constituição enquanto pesquisadora/pesquisador, e como você

percebe a atividade científica? Como tem percebido as políticas de cotas com relação ao acesso e à permanência desses sujeitos trans no campo científico?

Com o objetivo de organizar a análise das narrativas, separamos as discussões em dois eixos narrativos, que foram escolhidos pelo fato de, ao longo do processo de leitura das narrativas, termos observado o quanto as possibilidades de vivências dos gêneros estão articuladas às trajetórias de constituição das quatro pessoas entrevistadas enquanto pesquisadoras/es. Assim, os eixos narrativos se dividem em: Eixo narrativa 1: Possibilidades de vivências dos gêneros, em que discutimos as questões referentes a como o processo de constituição de gênero das quatro pessoas que colaboraram com essa pesquisa foi significativo para as suas constituições enquanto pesquisadoras/es; e o Eixo narrativo 2: Trajetórias e o processo de formação enquanto pesquisadora/pesquisador, em que problematizamos as marcas apresentadas, nas narrativas das/os entrevistadas/os, a respeito de seus processos de constituição enquanto pesquisadoras/es.

Para análise dos eixos narrativos, utilizamos a investigação narrativa, entendendo a narrativa enquanto uma modalidade discursiva. Assim,

a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade (LARROSA, 1994, p. 43).

Por esse viés, podemos tecer interlocuções entre as diferentes narrativas que são apresentadas pelas pessoas, que podem ter aspectos similares ou não com a narrativa das/os demais, reconhecendo as características pessoais de cada entrevistada/o e relacionando-as com a complexidade das percepções e dos entendimentos que elas/es fazem de suas vivências, de suas ações, de seus problemas, seus desafios e dilemas (RABELO, 2011).

Compreendemos que as narrativas potencializam a exposição dos pensamentos e das visões de mundo das pessoas. Desse modo, as narrativas apresentadas pelas/os quatro pesquisadoras/es, sujeitos do estudo, permitiram-nos compreender as experiências que constituíram essas pessoas quando em suas funções de pesquisadoras/es.

Cabe destacar que nosso objetivo, neste texto, ao analisar as narrativas das/os entrevistadas/os, não foi o de identificar “a verdade” daquilo que foi dito pelas/os

colaboradoras/es, mas sim o de tecer interlocuções com e a partir das narrativas dessas/es quatro pesquisadoras/es transexuais entrevistadas/os acerca de suas vivências e experiências, tanto pessoais como profissionais.

Em função disso, entendemos que o sentido que as/os pesquisadoras/es trans atribuem às suas experiências tem relação com as palavras e com as maneiras como elas/es se colocam diante de si mesmas/as, diante dos outros sujeitos e do mundo no qual nós vivemos (LARROSA, 2002).

Tecendo algumas articulações com as narrativas

Para tecer interlocuções com as narrativas das/os colaboradoras/es organizamos as nossas problematizações em dois eixos narrativos, que serão discutidos a seguir.

Eixo narrativo 1: Possibilidades de vivências dos gêneros

Nesse primeiro eixo narrativo, estabeleceremos algumas interlocuções sobre os processos de construção do gênero das/os pesquisadoras/es que compõem este trabalho, tendo em vista que o processo da constituição do gênero dessas pessoas tem relação com suas trajetórias enquanto pesquisadoras/es. Para tanto, destacaremos as narrativas do pesquisador Guilherme Almeida e da pesquisadora Lauri Silva:

“Minha identidade política, minha identidade pessoal, minha identidade como professor/pesquisador. Não tinha como separar essas discussões.” (Guilherme Almeida, 2020).

“Até porque toda a minha trajetória acadêmica e minha trajetória pessoal têm a ver com a minha questão de ser trans, né.” (Lauri Silva, 2020).

Os excertos que introduzem esse eixo narrativo nos possibilitam pensar a respeito do quanto as possibilidades de vivências dos gêneros das/dos colaboradoras/es com o estudo estão articuladas com a trajetória de constituição dessas pessoas enquanto pesquisadoras e pesquisadores.

Ao narrarem como elas ou eles percebiam os processos de construção de seu gênero, as/os pesquisadoras/es relataram:

“Na verdade, eu me reconhecia como menina desde os 7-8 anos, quando brincava de boneca e quando eu brincava de casinha eu queria ser a professora. No entanto, eu só fui entender esse processo mais tarde, quando eu tinha 30 anos.” (Marina Reidel, 2020).

“A questão da minha identidade de mulher trans se firmou durante o meu percurso na graduação. Quando eu entrei na universidade, eu ainda não tinha feito aquela questão de transição hormonal, do tratamento hormonal, eu não tinha feito ainda porque, antes de eu entrar na universidade, eu não me sentia com a minha identidade de mulher trans.” (Lauri Silva, 2020).

“E já que eu iria pra universidade, pra outra cidade e eu não conhecia ninguém, eu vi uma oportunidade de opa!, eu posso começar, não uma nova vida, mas tipo realmente experimentar como eu queria poder me ver, poder ser visto. Ainda mais que as pessoas não iriam me conhecer, então acho que seria mais fácil até o entendimento, ‘oh, eu sou homem’, e daí seria muito mais fácil do que no lugar onde todo mundo já me conhece, já passou anos comigo me vendo como mulher e do nada mudar, eu acho que assim seria muito mais dolorosa a convivência.” (Shay Rodríguez, 2020).

“Quando eu me formei, quando eu construí minha trajetória pública, não tinha existente nem no Brasil, nem mundialmente, nem internacionalmente (transexuais). (...) Então, durante a minha graduação, eu me apresentava como uma “mulher cis”. Embora não usasse esse termo, ele não existia. (...) No começo, eu não entendi o que estava acontecendo, minhas questões identitárias tinham sido ocultadas no final da juventude (eu já estava com 30 anos), era um sentimento de estranhamento muito profundo. Eu tinha extrema solidariedade com as narrativas de sofrimento que eu ouvia das lésbicas, das mulheres que eram minhas interlocutoras de pesquisa, mas eu não conseguia me identificar com elas. (...) Minha tese começou a sair e foi também um momento dialético muito intenso, porque junto com as transformações e absorção do campo veio a minha transformação pessoal: ali começou a nascer o Guilherme.” (Guilherme Almeida. 2020).

Na narrativa da pesquisadora Marina Reidel sobre seu processo de reconhecimento, ela fala que ele teria iniciado na infância, mesmo que ela só tenha entendido e começado a afirmar sua identidade de gênero, publicamente, na vida adulta. A fala dessa pesquisadora nos faz pensar em um debate que também atravessa as crianças, pois o seu reconhecimento, de não correspondência com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, teve início na sua infância.

Desse modo, podemos discutir sobre o quanto as infâncias têm sido pensadas e acionadas para problematizar as questões acerca da transexualidade em estudos, reportagens, programas de televisão, entre outros espaços. Ariane Pickersgill Arana, em

sua dissertação de mestrado, intitulada de “A produção da criança trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos família e escola”, defendeu, em 2018, que:

Essas lutas diárias que os sujeitos trans passam, esse desconforto ao sair na rua, a estar numa escola, ou até mesmo estar com os demais membros da família, com os/as amigos/as causam preocupações a seus familiares e também a própria criança. Entendemos que toda essa preocupação deva ocorrer porque sabemos o quanto a sociedade ainda é preconceituosa. Alguns familiares de sujeitos trans, como notamos em nossas reportagens, ainda relutam sobre sua identidade de gênero (p. 75).

Assim, a infância é uma etapa da vida das pessoas trans perpassada por diversos medos, que podem produzir efeitos nessas pessoas, em seus processos de reconhecimento e de expressão do gênero, já que esse é diferente do que lhe foi atribuído ao nascimento. No caso das/os quatro pesquisadoras/es interlocutoras/es, nessa pesquisa, esse processo ocorreu quando adultas/os.

O pesquisador Shay Rodríguez ainda aponta para a questão de que viu a possibilidade da construção do seu gênero a partir do momento em que saiu da cidade em que já o conheciam. No trabalho de Rafael Alves Galli, Elisabeth Meloni Vieira, Alain Giami e Manoel Antônio dos Santos (2013), essa questão é apresentada na história da entrevistada Diva, que é uma mulher transexual:

Iniciou seu processo de transformação recentemente, pois só veio a se assumir como transexual perante a família e os amigos há cinco anos. Por viver em uma cidade pequena do interior e considerar que nesse ambiente poderia ser vítima de muito preconceito e chacotas por parte das pessoas preconceituosas (p. 453).

É possível notar que os elementos que são destacados na história de Diva também estão presentes na narrativa do pesquisador Shay Rodríguez sobre vislumbrar, na mudança de cidade, uma possibilidade para a construção do gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascimento, de forma a conseguir minimizar os olhares de estranhamento e de não reconhecimento.

É perceptível que as narrativas das/os quatro pesquisadoras/es são marcadas pelas questões geracionais. De acordo com um trabalho realizado pelo pesquisador Alexander Lima da Silva e pela pesquisadora Adélia Augusta Souto de Oliveira (2015), as trajetórias das pessoas trans se diferem por diversos fatores interseccionais, como classe social, raça/etnia e geração.

Observamos que os elementos que compõem as narrativas das/os pesquisadoras/es mais jovens, Lauri Silva e Shay Rodríguez, são diferentes se as comparamos com os das/os pesquisadoras/es mais velhos, Guilherme Almeida e Marina Reidel. Isso se nota pelo fato de as/os mais novas/os já terem um maior conhecimento a respeito das questões que perpassam a transexualidade quando iniciaram seu processo de reconhecimento e expressão de gênero. Para ilustrar isso, temos a narrativa anteriormente citada, do pesquisador Guilherme Almeida, quando ele menciona que não existiam pessoas trans com visibilidade nem os termos acerca dessa questão eram teoricamente firmados, mas que, quando passaram a existir, tomaram significado, e as pessoas começaram a se reconhecer e a se nomear.

Durante as entrevistas, nesse movimento de pensar sobre o processo de representação de pessoas trans na sociedade, o pesquisador Guilherme Almeida reportou que:

“Da primeira geração se sabe muito pouco e o nome mais conhecido foi o João Nery e o restante a gente não tem registros, muito consistentes sobre o restante.” (Guilherme Almeida, 2020).

Nesse trecho, além de o pesquisador salientar a questão de, naquele momento, não haver muitas pessoas trans, principalmente quanto pensamos em trans homens na sociedade, fazendo-nos pensar sobre a visibilidade dessas pessoas, ele salienta que João Nery, “autoidentificado transhomem, provavelmente o primeiro do Brasil, operado em 1977” (NERY e MARANHÃO FILHO, 2013, p. 140) foi um marco para que sua geração de homens trans pudessem se reconhecer.

Ainda refletindo sobre seu processo de construção do gênero, o pesquisador Guilherme Almeida ressaltou que:

“No ambulatório, eu conheci o primeiro homem trans e, no final de 2008, eu não comecei logo a me hormonizar, porque eu falava assim: “bom eu preciso primeiro achar um jeito de me proteger”, embora em um primeiro momento eu dissesse assim: ‘eu acho que eu vou ter que pagar o preço, se for o caso eu vou largar a profissão, vou abandonar a carreira pra poder viver o que eu preciso viver’. (...) Isso não era uma opção simples naquele momento, além de tudo, a profissão de professor guarda uma áurea de respeitabilidade, e essa respeitabilidade, ela, em grande medida, está presa na corporeidade. Então, como manter uma performance sustentável, respeitável (que é uma condição indispensável pra sobrevivência).” (Guilherme Almeida, 2020).

Nesse movimento, a pesquisadora Marina Reidel narrou que:

“Então, por muito tempo, eu sofri violência na escola e, mais tarde, quando eu assumi minha identidade de gênero, eu já era profissional, já era professora e, assim mesmo, eu tive dificuldades com as minhas colegas professoras, com as direções de escolas, por não aceitarem esse processo, que era um processo meu.” (Marina Reidel, 2020).

Com base nas narrativas do pesquisador Guilherme Almeida e da pesquisadora Marina Reidel, é possível observar os receios e os preconceitos enfrentados por elas/eles em relação às suas profissões de professora e professor. Segundo as ideias de Fernando Seffner e Marina Reidel (2015), a ação pedagógica de professoras/es trans:

independente da disciplina que lecionam, parece instaurar na sala de aula processos e saberes docentes que deslocam a tradicional figura da professora enquanto mãe, tia ou irmã mais velha, e introduzem de modo decidido outra modalidade de relação em que o corpo da professora passa a desempenhar um papel importante, marcado em especial pelos atributos de gênero e sexualidade, mas numa equação em que entram em jogo também os marcadores de geração, raça e pertencimento religioso (p. 446).

Portanto, as narrativas nos conduzem a pensar em como a figura de docente perpassa o imaginário, ditando formas de ser e de agir em nossa sociedade, que são aceitas ou não para que exerçam sua profissão. No que se refere ao processo de construção de seu gênero, a pesquisadora Lauri Silva ainda relatou que:

“E assim eu me descobri foi no contato mesmo, até mesmo com meninas trans a partir do momento que entrei na graduação. Então, foi aí que fui me descobrindo, porque eu ia vendo elas com cabelo grande, eu via elas de salto daí eu queria usar salto, furar a orelha porque eu não tinha a orelha furada nem nada.” (Lauri Silva, 2020).

Essa narrativa nos remete ao fato de que, ao ocupar o espaço da universidade, a pesquisadora Lauri Silva teve a vivência de outro processo de construção de gênero, pois, estando nesse espaço, percebeu que havia outras possibilidades de existências e expressões de gênero. Conforme Keo Silva e Alexandre Fernandez Vaz (2020, p. 52), as pessoas trans “uma vez na Universidade, puderam criar possibilidades de resistir à estrutura cisheteronormativa que provoca a expulsão de determinados corpos dos espaços educacionais”. Dessa maneira, a universidade pode constituir-se enquanto um lugar capaz de permitir essas rupturas e desconstruções que antes se faziam presentes na vida das pessoas trans, abrindo espaço para que elas possam expressar suas existências.

O pesquisador Shay Rodríguez ainda abordou, em sua narrativa, a questão de que, no início da sua transição de gênero, ele buscava a performatividade do gênero de acordo com as regras impostas à binaridade na sociedade:

“Comecei a comprar roupas mais ditas masculinas né, heteronormativas e só buscava me relacionar afetivamente e sexualmente com mulheres né, então eu pensava assim "ah já que eu sou homem eu vou seguir por essa linha sistemática do que é ser homem na sociedade", para que as pessoas me reconhecessem como homem, pra ficar mais fácil de eu falar "eu sou homem" e a pessoa "ok, você é homem.” (Shay Rodríguez, 2020).

Durante a produção dessa narrativa, Shay Rodríguez também mencionou que:

“Só que com o tempo eu comecei a perceber que não precisava manter meu cabelo sempre curto, usava roupas ditas masculinas o tempo todo, me relacionar só com mulheres, daí na verdade eu comecei a perceber que bom, ser homem, esse tipo de ser homem, é uma construção da sociedade que é hegemônica, não precisa tá nesse sistema pra ser homem. Aí eu entendi que, se eu sou homem e me identifico como homem, portanto tudo que eu faço vai ser de homem.” (Shay Rodríguez, 2020).

A partir disso, podemos colocar em debate o fato de que os processos de construção dos gêneros, para algumas pessoas trans, devem seguir os padrões binários já produzidos no sentido da busca do reconhecimento do gênero com o qual a pessoa se identifica. O pesquisador Luis Felipe Hatje (2018), em sua dissertação de mestrado, intitulada de “Trans (formar) o nome: A constituição dos sujeitos transgêneros a partir do nome”, diz que, para um dos seus entrevistados, um homem transexual,

a aceitação social do documento se relaciona também com a passabilidade que vem adquirindo por meio de hormonioterapia, adquirindo uma correspondência entre sua identidade de gênero, sua voz e seu corpo, possibilitando que transite em diferentes espaços sem ser identificado como sujeito transgênero (p. 117).

As narrativas do pesquisador Shay Rodríguez e do jovem trans, participante da dissertação anteriormente citada, tensionam essas questões relacionadas ao reconhecimento com determinado, permitindo-nos refletir sobre o quanto esses processos são diversos, plurais, não lineares e inacabados. Ao compreendermos essas construções de expressões e de vivências de gênero como múltiplas, podemos pensar no quanto elas produzem movimentos de ruptura e abertura de brechas para problematizarmos as normas binárias já naturalizadas na sociedade.

Os pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodríguez consideram suas trajetórias acadêmicas como algo que foi importante para seus processos de construção de gênero. Os dois afirmaram que:

“Naquele momento, eu consegui chegar finalmente à formulação de que eu era um homem trans. Na produção da minha identidade, os estudos contaram tanto quanto quaisquer outras experiências práticas, eu diria. O que eu li e assisti academicamente contribuiu até mais em alguns momentos, do que o que vivi.” (Guilherme Almeida, 2020).

“Então, depois disso, eu comecei a ir mais a fundo nesses estudos de gênero e entender por que eu não tava à vontade, mesmo me identificando como homem, porque eu não tava a vontade em ficar sempre usando roupas heteronormativas masculinas e sempre buscar me relacionar com mulheres né, então eu não tava confortável com isso, e eu percebi que isso era uma coisa que me tava sendo obrigada né, para ser mais fácil pra pessoas poderem me aceitar.” (Shay Rodríguez, 2020).

Assim, fica claro o quanto o campo dos estudos de gênero, os quais têm, como proposta, “relativizar a centralidade que alguns estudos sobre tais diferenças, principalmente direcionadas de áreas como a biologia e a medicina, as quais alegam que nossos corpos e nossas identidades são naturalmente dados” (BECK e GUIZZO, 2013, p. 176-177), possibilitam-nos entender o gênero enquanto uma construção social, e isso, por sua vez, é importante para potencializar outras possibilidades de vivência e de existência.

Esse campo permite, portanto, que sejam conhecidas diversas narrativas e olhares para diferentes trajetórias, apresentando-nos outros modos de pensar as existências de gênero. Nesse caso, referimo-nos às existências trans, em diferentes espaços sociais para além do que o campo científico normalmente nos apresenta, visibilizando essas outras possibilidades de trajetórias.

Eixo narrativo 2: Trajetórias e o processo de formação enquanto pesquisadora/pesquisador

Neste segundo eixo narrativo, serão tecidas interlocuções com as narrativas das/os quatro pesquisadoras/es transexuais, de forma a se problematizar, as trajetórias e o processo de formação delas/es enquanto pesquisadoras/es. Nesse sentido, durante as entrevistas, quando questionado sobre seu processo de formação enquanto pesquisadoras/e, Guilherme Almeida reportou que:

“Ainda durante a graduação, eu acho que tem duas coisas que foram fundamentais pra mim. A primeira foi uma iniciação científica sob coordenação da professora Carla Almeida lá na UERJ, e era o primeiro projeto de iniciação científica que teve lá Faculdade de Serviço Social (...) E a segunda foi fazer um projeto de pesquisa em parceria com uma outra professora visitante na época na Escola de Serviço Social da UFRJ. (...) Então, foram as duas primeiras bolsas de iniciação científica lá da Faculdade de Serviço Social que foram bolsas de iniciação científica nos estudos de gênero.” (Guilherme Almeida, 2020).

A partir da narrativa do pesquisador Guilherme Almeida, observamos o quanto a participação em projetos foi importante para a sua constituição enquanto pesquisador. Entendemos o quanto as mais diversas modalidades de pesquisa acadêmica, como a Iniciação Científica (IC), são espaços importantes para as/os pesquisadoras/es. De acordo com Lucídio Bianchetti e colaboradores (2012):

o ingresso na IC proporciona, em perspectiva, uma visualização relativa a qualquer campo de saber, fundamentada teórica e metodologicamente, complementando a formação acadêmica dos estudantes de qualquer nível, em um processo em que o conhecimento, além de ser partilhado nas suas atividades letivas, passa a ser produzido, reavaliado e/ou recriado. (...) Pode-se afirmar que a IC – bem como as outras modalidades ou programas – contribui para a ampliação da pesquisa no país (p. 581).

Logo, é perceptível a importância das diferentes modalidades de pesquisa para a constituição das pessoas enquanto pesquisadoras/es e para ampliação e melhoria das pesquisas no país. Apesar dessas contribuições, outra narrativa, a seguir, do pesquisador Guilherme Almeida nos faz refletir sobre o quanto esses espaços e agências relacionadas à pesquisa ainda são pensadas e organizadas com base no modo binário quando pensamos as expressões de gênero. Em sua fala, ele mencionou os embates que enfrentou ao tentar trocar a variável sexo na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ):

“Uma das primeiras coisas que a gente teve que lutar foi com a Plataforma Lattes. O CNPQ, num primeiro momento, ele me disse que a variável sexo era uma variável imutável. Eu recebi a primeira resposta do CNPQ quando eu já estava com um mandado judicial de retificação na mão (não estava pedindo o uso do nome social e sim do meu novo nome civil), foi que sexo era uma variável imutável. Foram seis meses

recebendo e-mails evasivos até que houve uma reunião em que se tomou a decisão de “abrir” a variável.” (Guilherme Almeida, 2020).

A narrativa desse pesquisador nos faz pensar no quanto as primeiras pessoas trans, ao ingressarem no campo científico, tiveram de lidar com diversos embates nesse espaço, como tentar mudar a variável sexo, que é compatível com o que entendemos por gênero, no sistema de currículos virtuais oficial de pesquisadoras/es. Assim, quando as pessoas trans começaram a ingressar nesses lugares, essas existências provocaram abalos e mudanças na forma como o campo científico foi estruturada e pensada anteriormente.

Ainda sobre o processo de constituição enquanto pesquisadoras/es, a narrativa abaixo da pesquisadora Lauri Silva, permite-nos refletir acerca do quanto as/os professoras/es são importantes nesse processo:

“Professores que, assim, me ajudaram bastante no meu crescimento profissional e intelectual, que incentivaram todos os aspectos pra eu estar na posição que eu estou hoje.” (Lauri Silva, 2020).

A narrativa da pesquisadora Lauri Silva destaca a importância das/os professoras/es que exercem práticas que reconhecem e potencializam a permanência das pessoas trans nas instituições educacionais. Dessa forma, possuir professoras/es que deem suporte, nesse processo de busca, amadurecimento e constituição, enquanto pesquisadora/pesquisador, é um marco importante e um forte aliado na permanência das pessoas trans nas universidades e, portanto, no campo científico.

Outro aliado para a permanência das pessoas trans, nas universidades, são as políticas de permanência e combate à evasão das pessoas trans nas escolas e universidades. Quando perguntadas/os a respeito de suas percepções sobre as políticas de ações afirmativas para que pesquisadoras/es trans adentrem no campo científico, as/os entrevistadas/os narraram o seguinte:

“Quando comecei a Faculdade, eu trabalhava, e trabalhava durante o dia e estudava durante a noite. Depois, eu consegui a bolsa de iniciação científica, e ela me permitiu deixar o trabalho e me dedicar à atividade acadêmica. Só que depois a bolsa acabou, e eu não tô falando disso por acaso, é porque eu acho que esse ainda é, muitas vezes, um limite importante pros jovens pesquisadores e pesquisadoras, não só no campo da diversidade sexual, nos estudos de gênero, que é você conseguir construir desde a graduação uma caminhada em função de ter recursos pra manter tua atividade

acadêmica, e você não ter que se dividir com uma atividade remunerada.” (Guilherme Almeida, 2020).

“Uma é a dificuldade de acesso na pós-graduação. Hoje tem as políticas afirmativas de cotas em algumas universidades, nem todas as universidades têm. Então, são possibilidades que os programas de pós-graduação estão dando. Mas daí você pergunta, tá mas tem muitas trans nas universidades, tem trans terminando a graduação? Às vezes, muitas vagas dessas cotas nem acabam sendo preenchidas porque não tem. Então, a esse problema da falta de trans na universidade, então o que acaba acarretando poucas profissionais trans pesquisadoras no Brasil. (...) Tem três trans lá na universidade, elas são graduandas, mas uma trans tá trabalhando e tem dificuldade de conciliar o estudo e o trabalho né?! Ela é bolsista, e a outras ela ingressou agora e falou que já está sentindo dificuldade porque ela precisa trabalhar pra se manter na universidade, né?!” (Lauri Silva, 2020).

“A gente continua sem acesso à universidade, os cortes das universidades estão ocorrendo, tá tendo muita precariedade na educação, então se pra pessoas cis tá ficando ruim, pras pessoas trans tá na mesma ou até pior.” (Shay Rodríguez, 2020).

“Eu acho que a política de cotas ela é um reparo social. Eu não entrei por política de cotas, eu entrei por uma seleção normal no mestrado, mas eu acho que ela é importante em todas as áreas, não só na pós-graduação, como na graduação, porque é um reparo social, porque a população trans sempre foi a mais excluída desses processos de escola e processo de educação. Então, isso fez com que houvesse um déficit no nosso processo. Então, é importante que a gente repare isso socialmente e as universidades tem feito esse trabalho.” (Marina Reidel, 2020).

A partir das narrativas e de acordo com a pesquisadora Sara Wagner York (2020), é possível perceber o quanto as políticas públicas, tanto de cotas para o acesso quanto de ações para a permanência, são importantes para que as pessoas trans possam estar no campo científico e, assim, firmarem-se enquanto pesquisadora/es.

Contudo, as implementações de políticas públicas ainda ocorrem de maneira muito lenta, “e as práticas que visam à igualdade de direito entre todos os cidadãos nos diversos contextos sociais ainda têm a necessidade de serem mais amplamente divulgadas e respeitadas” (SOUZA; SILVA, 2014, p. 164). Segundo dado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2019), as/os alunas/os trans representam menos de 0,1% do total de 533 mil alunos de instituições federais.

Em outro momento da entrevista, as narrativas que emergiram das/os pesquisadoras/es indicaram que a participação em movimentos sociais foi um outro marco para suas constituições enquanto pesquisadoras/es:

“E o segundo marco foi a inserção no movimento estudantil. (...) E no movimento estudantil também foi a minha primeira aproximação com mulheres lésbicas, que, até então, eu não tinha contato.” (Guilherme Almeida, 2020).

“A parte do movimento LGBTQI+ lá em Rondônia. Então, meu trabalho de monografia, por exemplo, eu pesquisei o primeiro movimento LGBT no estado e era um movimento do qual eu fazia parte, né?! Então, foi a partir da graduação que eu conheci o movimento, que eu comecei a estudar o movimento, e que tem haver sim com as minhas questões de luta contra a discriminação, contra a transfobia, né?!.” (Lauri Silva, 2020).

Desse modo, o fato de terem participado dos movimentos sociais possibilitou, tanto ao pesquisador Guilherme Almeida como ao pesquisador Lauri Silva, terem contato e aproximação com aquilo que, para ela/ele, tornou-se temática de pesquisa.

É importante destacar a importância e força que esses movimentos têm para que as discussões que perpassam essas questões possam emergir e serem potencializadas em diferentes espaços sociais. Projetos como os que são realizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o projeto TransEducação, entre outros projetos e ações, geram articulações entre instituições e pessoas trans. Isso, por sua vez, faz serem promovidas ações em prol da cidadania da população trans, possibilitando um maior reconhecimento, inserção e visibilidade de pessoas trans para que, assim, elas possam estar no campo científico, que, normalmente, é um espaço negado a essas pessoas.

Durante os diálogos construídos nas entrevistas, os/as pesquisadores/as também narraram o quanto seus processos de constituição produziram efeitos com relação aos seus temas de interesse em se tratando de pesquisa. Seguem os relatos:

“Então, essas foram uma das mudanças (de gênero) que me fizeram ir para o caminho de pesquisador de corpo e gênero e de masculinidades né, e que hoje eu escrevo, tenho alguns artigos, tenho alguns anais né, tenho um livro também que eu escrevi sobre isso e tem muitos homens trans masculinos e não binários que me procuram e se sentem representados.” (Shay Rodríguez, 2020).

“Em 2010, então, começou a aparecer o Guilherme como pesquisador das questões trans. Eu não escolhi isso, não foi uma escolha pesquisar as questões trans.”

(...) *Percebi que eu trazia um conjunto de conhecimentos e experiências do qual as pessoas estavam sedentas, estavam interessadas em entender melhor o que era aquilo, inclusive para se tornarem aliadas politicamente. E ali eu arregacei as mangas e efetivamente me tornei pesquisador das questões trans.*” (Guilherme Almeida, 2020).

“Com certeza. Até porque toda a minha trajetória acadêmica e minha trajetória pessoal tem a ver com a minha questão de ser trans, né?! Por que foi na graduação que eu me autoafirmei e me reconheci como trans. E foi na graduação que eu comecei a trabalhar as questões do ativismo, né?! A parte do movimento LGBTQI+ lá em Rondônia. (...) E tem sim, toda a minha trajetória acadêmica tem a ver com a minha trajetória pessoal. E é pessoal, sim. Tem a ver com meus estudos. Tudo que eu estudo tem a ver com o que eu luto, né?! O que eu vivencio, né?! Então, eu falo mesmo.” (Lauri Silva 2020).

“Bom, então, eu voltei depois né, de assumidamente trans para a universidade para fazer o mestrado, e isso então foi realmente um impulso para até para a própria universidade resinificar os seus conceitos em relação à população trans. (...) Minha pesquisa e sempre os meus estudos e todo o meu trabalho sempre foi ligado à questão de sexualidade e gênero justamente porque, porque é um local de fala e, ao mesmo tempo, eu voltei pra universidade com esse objetivo de me aprofundar mais os conhecimentos.” (Marina Reidel, 2020).

Sobre isso, a pesquisadora Sara Wagner York (2020) pontua que:

A discussão da pauta trans é fundamental para os espaços de produção do conhecimento, como a universidade, visto que são: 1) os corpos trans e suas experiências, impõem uma desnaturalização das normas de gênero, tão necessária em nossa sociedade; 2) a discussão trans, traz para ciência e seus espaços o questionamento de hierarquizações historicamente constituídas. Quem pode falar e quem é ouvido? 3) é necessário que a ciência se comprometa com a afirmação e garantia dos direitos de todos os segmentos sociais, com a voz e suas experiências, rompendo assim as estruturas de subalternização. Muitas respondidas durante este texto, outras tantas abertas e que ficam lançadas para aspectos da continuidade (p. 151).

Por meio dos relatos, constatamos que as pesquisadoras Lauri Silva e Marina Reidel, bem como os pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodríguez, buscam desenvolver pesquisas e trabalhos a respeito das questões que perpassam as existências trans, pois vislumbram nisso uma oportunidade de visibilidade para esses assuntos.

De acordo com o mapeamento colaborativo realizado pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) em 2021, a maioria das/os professoras/es trans da educação básica estão dentro da área de humanas. Aliado a isso podemos perceber também nas narrativas das/os quatro entrevistadas/os que o processo de transição de gênero delas/es pode ter de certa forma contribuído com elementos que potencializam o fato de as pessoas entrevistadas serem pesquisadoras/es também da área das ciências humanas. Além disso, ao olharmos para suas áreas de atuação e pesquisas realizadas percebemos que essas envolvem as questões que perpassam as discussões de gênero e sexualidade, questões que perpassam suas existências e vivências.

Outro aspecto relatado pelo pesquisador Guilherme Almeida, em relação a seu processo de constituição de pesquisador e a seu processo de transição de gênero foi:

“A gente tinha questões, naquele momento, que eram assim: como é que a gente põe um processo seletivo no mural assinado por você? Como é que vai aparecer o seu nome na lista de chamada dos teus alunos? Como que a gente faz uma banca de avaliação de TCC e você dá uma declaração com os nomes dos componentes da banca para o/a aluno/a que defendeu ou para os/as outros/as professores/as que compõem? Não existia essa coisa de nome social, não era divulgado ainda e tal.” (Guilherme Almeida, 2020).

É possível perceber, na narrativa desse pesquisador, tendo em vista que, quando ele começou seu processo de transição de gênero já era professor universitário, que as demandas que o pesquisador tinha de resolver eram também de outras ordens na universidade. Desse modo, esse processo permitiu ao pesquisador Guilherme Almeida refletir e romper com o que está posto e naturalizado nos procedimentos que são de praxe do campo científico, promovendo a movimentação de estruturas e, automaticamente, provocando mudanças e desnaturalizações sobre essas questões.

Em outro momento da conversa, a pesquisadora Lauri Silva e os pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodríguez explicitaram o quanto suas atuações, no campo científico, possibilitam que ocupem espaços em bancas e eventos acadêmicos. Acerca disso, destacaram que:

“Eu sempre sou convidada para estar nos eventos participando, dando cursos, palestras nessas questões de estudo de sexualidade na história, porque eu sou umas das únicas lá na região que pesquisa esse tema e principalmente essas questões de movimento LGBT e mulheres.” (Lauri Silva, 2020).

“Um das coisas que acabaram acontecendo, na minha trajetória acadêmica, que eu também não escolhi, mas quando eu vi já estava fazendo, foi uma intensa participação em bancas de mestrado e doutorado. (...) Uma parte considerável delas são ou de pessoas trans, ou por pessoas que estão estudando questões LGBT ou questões trans. (...) Muitas vezes, eu ouvi: “ah, porque que tem que ser você...” Eu não sei se tem que ser eu, mas se a pessoa me chamou, foi porque achou que, de alguma forma, eu poderia fazer uma diferença nisso e daí é o momento de contribuir para a formação daquela pessoa.” (Guilherme Almeida, 2020).

“Tipo logo que eu me formei eu já fui convidado pra quatro bancas, e eu peguei todas, eu tive que ler né? muita coisa, mas eu aceitei porque eu achei que seria importante ter pessoas trans nas bancas, ainda mais pelo meu tema ser um tema ainda um pouco usual, não tão corriqueiro e eu ter uma facilidade pra falar sobre aqueles temas. E dentre essas quatro pessoas que me convidaram, duas pessoas eram trans e estavam se formando. Então, teve bastante representatividade trans nos meios acadêmicos, a gente que tá ali pensa “ah, eu vou chamar um dos meus pra tá ali, porque só aquela pessoa ali vai entender o meu trabalho, vai entender a minha escrita, vai entender a minha vivência”. (Shay Rodríguez, 2020).

Nas narrativas da pesquisadora Lauri Silva e dos pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodríguez observamos que as/os três relataram que recebem convites para participar de bancas e eventos. Além disso, eles relacionam esses convites ao fato de as pessoas que as/os chamam buscarem por uma representatividade de pessoas trans também nesse espaço, nas atividades que são atribuídas a pesquisadoras/es.

Nesse momento, podemos problematizar também o fato de que essas/es pesquisadoras/es são convidadas/os para falar sobre suas histórias e suas vivências, tendo, dessa forma, uma maior visibilidade. Sabemos que, quando uma pessoa trans “ocupa um posto de poder ou saber, muitos/as se sentem capazes em alcançar aquela posição, não como simulacro, mas como imagem, signo e/ou representação fácil que sugeriria incapacidade” (YORK, 2020, p. 148). Nesse contexto, nos questionamos: se essas/es pessoas pesquisassem outros temas, que não perpassassem suas vivências de gênero, será que receberiam tantos convites e teriam essa visibilidade? Os outros campos de pesquisa são abertos para essa composição/aliança? É possível sobreviver nesses outros campos enquanto pesquisadora/pesquisador trans?

Ao tentarmos responder esses questionamentos podemos acionar uma série de elementos como as violências relacionadas aos gêneros que diferem da norma binária

normalmente aceita pela sociedade e também os preconceitos e dificuldade enfrentadas pelas pessoas trans para estarem e serem visibilizadas dentro do campo científico enquanto pesquisadoras/es. Esses elementos nos possibilitam problematizar as disputas, as resistências, as contribuições e as estratégias realizadas pelas/os pesquisadoras/es trans dentro do campo científico nos campos que diferem da área das ciências humanas que é onde normalmente essas pessoas estão presentes.

Outra questão possível de pensarmos, a partir das narrativas do pesquisador Guilherme Almeida e da pesquisadora Lauri Silva, é o quanto é difícil conciliar a vida acadêmica em paralelo com as jornadas de trabalho. Esses dois sujeitos do estudo deixaram claro a importância de políticas públicas e de ações afirmativas que possibilitem que as pessoas trans possam permanecer no espaço do campo científico. Segundo eles, às vezes, a não oferta dessas políticas faz com que as pessoas não consigam conciliar as duas jornadas e tenham que desistir de uma delas. Nesses casos, normalmente, a abandonada é a vida acadêmica, visto que necessitam do emprego para terem uma fonte de renda e, assim, sobreviverem.

Algumas considerações

Ao buscarmos apresentar as narrativas como potencializadores do debate de questões relacionadas às vivências de gênero e à constituição enquanto pesquisadoras/es de algumas/alguns pessoas trans, tecendo interlocuções com essas histórias, não devemos tomar o que se encontra, nesse texto, como “a verdade” sobre as narrativas. O intuito, na realidade, é que, a partir das discussões que foram realizadas, possamos, cada vez mais, tensionar as possibilidades de existências trans para além dos espaços que normalmente são destinados a essas pessoas.

A partir das narrativas das/os nossas/os colaboradoras/es ficou perceptível que as suas escolhas e processos de formação enquanto pesquisadores e pesquisadoras estão fortemente articulados a sua identidade de gênero. Observamos, igualmente, como essas vivências e o reconhecimento dos gêneros diferem de uma pessoa para outra, já que, para algumas/alguns, o reconhecimento com o gênero diferente daquele que lhe foi atribuído, ao nascimento, acontece na infância e, para outros, isso só se dá na vida adulta.

Outro elemento que se destacou, nas narrativas das/os colaboradoras/es, foi a questão geracional. Assim, constatamos que as narrativas das/os pesquisadora/es mais jovens, Lauri Silva e Shay Rodríguez, apresentam aspectos de ordem geracional que se

diferem das/os pesquisadoras/es, Guilherme Almeida e Marina Reidel, pois as/os mais jovens já possuíam um maior conhecimento e entendimento sobre as questões que perpassam as vivências e existências trans quando iniciaram seus processos de reconhecimento e de expressão de gênero, por conta do fato das discussões dessas questões terem ganhado espaço e visibilidade na nossa sociedade com o passar dos anos.

Ao olharmos para as narrativas que problematizam a constituição das/os quatro pessoas enquanto pesquisadoras/es, notamos, também, as marcas da interseccionalidade geracional, em que as primeiras pessoas trans, ao ingressarem no campo científico, sofreram mais embates e preconceitos se compararmos com as novas gerações.

Portanto, esse processo de constituição, enquanto pesquisadoras/es, é atravessado por diversas marcas e significados, os quais são importantes para a construção da/o profissional pesquisadora/pesquisador, como a participação em projetos, eventos e em bancas. Contudo, ainda é notório o quanto a sociedade está repleta de preconceitos, por ter sido organizada a partir de um modo binário quando pensamos as expressões de gênero. Dessa forma, quando as pessoas trans passam a ingressar, no campo científico, essas existências ocasionam rupturas na forma como esse espaço foi pensado e estruturado anteriormente. Uma forma de garantir essas rupturas, que são ocasionadas pela presença das pessoas trans, no campo científico, são as ações e as políticas públicas de cotas de ingresso das pessoas trans nas universidades e a permanência delas nesses ambientes.

Para concluir esta escrita, agradecemos às pesquisadoras Lauri Silva e Marina Reidel, bem como aos pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodríguez, por compartilharem conosco suas histórias, trajetórias e vivências. Elas/es nos possibilitaram realizar interlocuções com suas narrativas a fim, também, de visibilizar suas existências, realizando rupturas com os padrões normalmente impostos e, assim, oportunizando o diálogo.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 279. 2012.

ARANA, Ariane Pickersgill. **A produção da criança trans nas reportagens digitais: um olhar para os espaços educativos família e escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p. 196. 2018.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan.-abr. 2008.

BECK, Dinah Quesada; GUIZZO, Bianca Salazar. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **HOLOS**, v. 4, p. 172-182, 2013.

BIANCHETTI, Lucídio; OLIVEIRA, Adriano de; SILVA, Evellyn Ledur da; TURNES, Luiza. A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. **Educação**, v. 37, n. 3, p. 569-584, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3 ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003. 236 p.

GALLI, Rafael Alves; VIEIRA, Elisabeth Meloni; GIAMI, Alain; SANTOS, Manoel Antônio dos. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, 2013.

HATJE, Luis Felipe. **Trans (formar) o nome: A constituição dos sujeitos transgêneros a partir do nome**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p. 146. 2018.

Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Mapeamento colaborativo identifica maioria de professores trans em Humanas. 2021. Disponível em: <https://ibteduacao.wixsite.com/ibte>. Acesso em 27 de fev. de 2021.

LABORATÓRIO de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade. **Mulheres trans/travestis na/da educação**. 2020. (tempo de duração). Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCfvYcq_ebtLxufevVOdbAA/featured. Acesso em : 26 de set. 2020.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes**, v. 1, n. 994, p. 35-86, 1994.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. In) **Visibilidade Trans**, v. 2, p. 139-165, 2013.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: _____. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação**. Organização Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães, Fernando Seffener e Teresa Vilaça. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. p. 68-88.

PERES, Wiliam Siqueira Peres. **Travestis, escolas e processos de subjetivação**. Disponível em: <https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/935/798>. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

PETTERSSON, Daniel; MOLSTAD, Christina E. Professores do Pisa: a esperança e a realização da educação. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 136, p. 629-645, 2016.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 171-188, Jan.-Mar. 2011.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, 1998.

SEFFNER, Fernando; REIDEL, Marina. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 445-464, 2015.

SILVA, Alexander Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 484-508, 2015.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Políticas Educativas–PoEd**, v. 13, n. 2, 2020.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespagnol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

YORK, Sara Wagner. As (Trans)Alianças e a Neomaquinaria. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/as-transaliancas-e-aneomaquinaria/page/277/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 187. 2020.

Recebido em fevereiro de 2021.

Aprovado em abril de 2021.